



Eixo 2: Territórios em Disputa

**A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E NO  
MOVIMENTO SINDICAL NO DISTRITO DE MATINHA DOS PRETOS- FEIRA DE  
SANTANA –BAHIA**

Maíra Lopes dos Reis<sup>1</sup>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

[mairalopes@ufrb.edu.br](mailto:mairalopes@ufrb.edu.br)

**RESUMO**

A condição feminina no campo é uma dimensão da questão agrária, porque ela tem sua centralidade inserida em um processo muito maior, que é aquele relativo ao embate, a partir das relações de gênero, onde são identificadas as relações assimétricas que expressam as relações de poder. A presença feminina significa a continuidade e a permanência da terra enquanto patrimônio, e da terra de trabalho, onde se reproduz os modos de vida igualmente o resultado do trabalho, reafirmando a ligação da família com a terra. O presente trabalho tem como objetivo, abordar o protagonismo das mulheres camponesas do Distrito de Matinha dos Pretos no processo de luta pela terra no Conflito da Fazenda Candeal, que ocorreu no município de Feira de Santana-Bahia. Analisar a luta política pela terra das mulheres nesta localidade se deu por conta da significativa participação feminina na ação política, econômica e social do distrito. Grande parte das trabalhadoras rurais deste local se insere em todas essas esferas sociais, e dentre os espaços rurais do município de Feira de Santana, Matinha dos Pretos apresenta maior envolvimento das mulheres na militância política. Neste estudo, toma-se como base uma discussão posicionada de gênero, ou seja, destaca-se o papel da mulher trabalhadora rural na luta pela terra e pelo seu modo de vida no campo, pois para destacar a história das mulheres, deve-se situar a discussão de gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos, a partir das experiências das mulheres em sua diversidade, assim esta análise requer uma dimensão geográfica de escala.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Luta pela Terra. Matinha dos Pretos. Gênero.

**INTRODUÇÃO**

O campo brasileiro apresenta grandes contradições, inerentes a lógica do desenvolvimento capitalista, no geral, esse processo é marcado pela concentração de terras. Desde o tempo colonial a formação social e econômica do Brasil está fundamentada pelo

---

<sup>1</sup>Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no Centro de Formação de Professores- Campus Amargosa (CFP) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

latifúndio, e até hoje ele permanece como elemento estruturante no país. A consequência disso é a enorme concentração fundiária, sobre a qual se desenvolvem as modernas produções do agronegócio. Esta produção agropecuária está associada com uma grande rede de capitais que se articulam e são regidos pelo contexto neoliberal e sob o domínio das multinacionais, sobretudo, com grande apoio do Estado, contribuindo para a intensa acumulação capitalista e aumentando as desigualdades socioespaciais no interior do país.

Em contraposição a esta territorialização do capital no campo estão às organizações e movimentos sociais que lutam contra essa permanência histórica de exploração e concentração de terras, que se organizam para obterem seus direitos por terra reconhecidos. Inúmeras diferenças e desigualdades são encontradas na utilização das propriedades e formas de acesso a terra, nas relações de trabalho e no modo de organização social, mas ao abordar as relações de gênero e da situação das mulheres, percebe-se que as semelhanças são mais expressivas que as diferenças e contradições (REIS, 2013).

Segundo Heredia e Cintrão (2006) as disparidades de gênero na zona rural brasileira se inscrevem no conjunto de outras desigualdades sociais, pois as péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas contribuem para acentuar as diferenças específicas de gênero. Embora afete toda população residente em áreas rurais, a carência de infra-estrutura atinge em especial às mulheres. Para melhor compreensão dos conflitos sociais no campo, convém destacar, outro elemento: a exploração do trabalho. Analisando-a do ponto de vista das relações de gênero, a dinâmica de exclusão e inserção precária da força de trabalho é mais intensa para a população feminina. Há de se destacar que houve avanços na participação feminina na vida econômica e política. No entanto, as mulheres continuam invisíveis em diversos setores do mundo do trabalho. A dimensão da precarização do trabalho feminino no campo pode ser observada pelo grande número de mulheres ocupadas sem remuneração, que é significativamente mais elevado na agropecuária, em comparação com os demais setores da economia (MELO, SABBATO, 2006).

A partir disso, este artigo aborda o protagonismo das mulheres camponesas do Distrito de Matinha dos Pretos no processo de luta pela terra no Conflito da Fazenda Candeal, que ocorreu no município de Feira de Santana-Bahia, com intuito de mostrar o papel desempenhado pelas mulheres nos movimentos sociais de luta pela terra. O recorte empírico de análise escolhido se deu pela significativa participação feminina na ação política, econômica e social do povoado. Grande parte das trabalhadoras rurais deste local se insere em todas essas esferas sociais, e dentre os espaços rurais do município de Feira de

Santana o povoado de Matinha dos Pretos apresenta maior envolvimento das mulheres na militância política.

Neste estudo, toma-se como base uma discussão posicionada de gênero, ou seja, destaca-se o papel da mulher trabalhadora rural na luta pela terra e pelo seu modo de vida no campo, pois para destacar a história das mulheres, deve-se situar a discussão de gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos, a partir das experiências das mulheres em sua diversidade, assim esta análise requer uma dimensão geográfica de escala.

O conceito de gênero nos permite analisar as relações sociais, especificamente, como os sexos contribuem para reprodução social. A existência de tais gêneros é reconhecida historicamente como homem e mulher, assim tal construção se dá sobre a base de uma complementaridade na procriação, pois o que é assumido como ser natural é também formado histórico e culturalmente. As relações de gênero são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são centrais para o entendimento de questões referentes a: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia, dentre outras. No entanto, como a análise dessas relações não se configura numa dimensão única de vivência e constituição das relações sociais, é preciso articular a categoria de gênero com outras dimensões relacionais, principalmente classe e etnia.

As pesquisas feministas têm exigido um novo olhar, portanto novos procedimentos metodológicos, em especial nos trabalhos desenvolvidos junto a mulheres trabalhadoras rurais. Demandando a construção de um caminho metodológico que garanta visibilidade aos sujeitos afirmando suas particularidades, por meio das suas condições concretas de existência, em seus aspectos históricos e socioculturais, haja vista, que o conflito individual não é resultado somente de vivências privadas e subjetivas, é determinado por dispositivos de poder, formado por condições históricas específicas. Aplicados ao meio rural, as teorias e os procedimentos qualitativos de investigação nas análises de gênero têm contribuído para mostrar, entre outras questões, a subordinação e subvalorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas (SHEFLER, 2008)

As estratégias metodológicas utilizadas se basearam nos métodos qualitativos e quantitativos de produção de dados, assim, como o uso de entrevistas semiestruturadas e questionários. Para a realização e viabilização da pesquisa escolheram-se dados estatísticos sobre o povoado de Matinha dos Pretos fornecidos pelo IBGE. Assim como informações advindas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana e da Associação Comunitária da Matinha, esses órgãos públicos foram escolhidos por disporem de

documentos acerca do espaço agrário do município. Os sujeitos investigados, na pesquisa, são exclusivamente mulheres, moradoras do povoado de Matinha dos Pretos, as informações analisadas são essencialmente provenientes das entrevistas realizadas, e observações do trabalho de campo.

## **O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA: O CONFLITO DA FAZENDA CANDEAL**

O distrito de Matinha dos Pretos se configura como um espaço em que se desenvolvem atividades agrícolas, em pequenas unidades familiares, que apresenta uma população de agricultores e agricultoras que se dedicam ao cultivo de feijão, mandioca e milho. Matinha dos Pretos se caracteriza enquanto uma Comunidade Negra que Rural vivenciou uma experiência de resistência à escravização, o que permitiu o surgimento de um quilombo histórico, com traços que se mantém até os dias atuais. De acordo com Souza (2011):

A Comunidade Negra Rural de Matinha se constitui como tal, a partir de uma experiência de resistência ao processo de escravização, e seus desdobramentos, que se traduziram historicamente, nas formas de afirmação da identidade por parte dos seus moradores, no processo de organização comunitária, nas relações estabelecidas na/com a terra, e na construção cotidiana da autonomia por partes dos sujeitos coletivos (SOUZA, 2011, p.64).

A memória construída pelos homens e mulheres moradores de Matinha dos Pretos confirma a descendência dos primeiros grupos de negros que habitavam esta região, que anteriormente eram escravizados na Fazenda Candéal. Desta forma, os habitantes partilham, através da tradição oral, a história sobre a origem do povoado enquanto um quilombo. Na constituição do distrito, verificam-se dois acontecimentos históricos que marcam a origem do território de Matinha dos Pretos. No primeiro momento, — foi um refúgio para os negros escravizados, e posteriormente a história do surgimento da Matinha dos Pretos é marcada por uma epidemia chamada a Peste do Jacu. Essa epidemia também denominada de peste bubônica ocorreu por volta de 1922 na localidade do Jacu, que atualmente integra o distrito.

A peste bubônica causou grandes impactos para a região do Jacu, a população da região de Matinha e arredores necessitava de melhorias nas condições de vida e, para isto, era necessária uma intervenção externa, governamental ou de organizações da sociedade civil. Por volta de 1940, representantes da Organização das Nações Unidas (ONU)

estiveram em Matinha oferecendo auxílio aos moradores nos serviços de: saneamento básico, saúde e educação. Souza (2011) identifica essa atuação externa como Missão Rural, que se concretizou como um —sistema de cooperativa, no qual as famílias trocavam os produtos cultivados nas suas terras por outros das terras vizinhas, atuando de forma complementar (SOUZA, 2011, p.75).

As ações da Missão Rural deram origem ao Centro Social São Roque e contou com a ação e o apoio da comunidade. A experiência de resistência à escravização no século XIX, a Peste do Jacú e a Missão Rural foram elementos que influenciaram de forma significativa na organização do espaço de Matinha dos Pretos. Destaca-se também o conflito por terra na Fazenda Candéal que desencadeou no surgimento da Associação Comunitária de Matinha (ACOMA).

A luta pela terra, a partir deste conflito interferiu na dinâmica social, política, econômica e espacial de Matinha, possibilitando um pensar e agir de forma individual e coletiva relacionando a condição do povoado na/com a terra a partir da propriedade, da produção e do trabalho. O estreitamento dos laços de solidariedade entre comunidades vizinhas, Candéal e Matinha, acirrou o processo de enfrentamento com os latifundiários. Ressalta-se que a —população que se fixou na Matinha, se apropriou daquele espaço tornando-se posseiros e posteriormente arrendatários (SOUZA, 2011, p.76).

No período em que ocorreu o conflito da Fazenda Candéal, a comunidade se mobilizou para buscar medidas que garantissem seus direitos. Nesse sentido, o intermédio do Movimento de Organização Comunitária (MOC), de setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), possibilitaram maior articulação e mobilização das comunidades. Um dos principais frutos desta união foi o surgimento da Associação Comunitária da Matinha (ACOMA), com sede e foro no povoado de Matinha dos Pretos, —é pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente, educativo, de assistência social e promocional e sem fins lucrativos (NASCIMENTO, 1997, p. 124).

A formação dessa organização comunitária tem grande relevância, não somente para a população de Matinha e povoados ao redor, mas para todos os distritos rurais que compõe o espaço agrário de Feira de Santana, de modo, que a construção da ACOMA segue no sentido de fortalecer a organização dos trabalhadores rurais do município a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS).

No período em que o Brasil vivia sob o regime da Ditadura Militar que impedia a expressão dos movimentos sociais e organizações militantes, surge em 1971, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS). Em escala nacional, os sindicatos

rurais passar a existir neste contexto ditatorial, devido à criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), que através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, tinha o objetivo de oferecer benefícios como aposentadorias, pensão, serviços de saúde e social. A função dos sindicatos seria cadastrar os trabalhadores para benefícios do programa, assumindo um papel assistencialista, e não atendendo as reais necessidades dos homens e mulheres do campo (JESUS, 2009).

Inicialmente, o STRFS não defendia os interesses dos trabalhadores, mas ao contrário, estava vinculado aos interesses dos fazendeiros e políticos que utilizavam a entidade como um meio de manipulação e para promoções pessoais. No entanto, no ano seguinte a sua implantação, em 1972, os trabalhadores rurais de Feira de Santana começaram a intervir na dinâmica política do Sindicato. Movidos pela luta contra a exploração do trabalho e soberania imposta pelos proprietários de terra, dirigentes da entidade e, sobretudo, pelas imensas contradições existentes entre os interesses das famílias que arrendavam terras e os fazendeiros da região, se iniciou o primeiro conflito de terra no município, na Fazenda Candéal situada no Distrito de Maria Quitéria. Nessa época, a única organização que existia era a Associação Comunitária de Matinha (ACOMA), fundada em 1971, por intermédio do Movimento de Organização Comunitária (MOC) que foi solicitado para ajudar os trabalhadores, orientando-os a buscar ajuda legal do Sindicato e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) (OLIVEIRA, 1997). A atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) acontece justamente no momento em que essa entidade inicia sua ação sobre a área rural, começando algumas experiências em Feira de Santana, como na comunidade de Matinha e Lagoa Grande, ajudando a criar as primeiras associações comunitárias rurais, a exemplo da ACOMA. Sua presença no meio rural mediou grupos de discussão sobre formação política e cidadã do trabalhador rural, estimulando a categoria a defender seus direitos frente aos fazendeiros.

Jesus (2009) afirma que o Movimento de Organização Comunitária (MOC) identificou que aquelas terras da Fazenda Candéal eram devolutas, não existindo documentação que pudesse comprovar que os ditos proprietário das terras eram os donos. Assim, os pequenos produtores realizaram a ação de não quitação do uso das terras, o que deu origem ao conflito.

A partir do conflito entre trabalhadores da região e fazendeiros, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana é chamado para intervir na mediação e defesa das lutas dos seus associados, esse movimento de ação conflituoso, acarretou todo um processo de avaliação sobre a função de um sindicato que não assumia a defesa dos seus

membros e que se colocava a serviço dos fazendeiros. Neste contexto, os trabalhadores rurais buscaram o controle da entidade, assumindo a direção. O conflito de terra na Fazenda Candéal, resultou no assassinato do trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975. Sobre esse fato Oliveira (1997) expõe:

Em 1975, se intensifica a luta pela terra, acentuando os conflitos entre grileiros e trabalhadores rurais, culminando com o assassinato do lavrador Joaquim Pereira dos Santos por policiais que agiam a serviço dos fazendeiros. Além do assassinato desse lavrador, outros trabalhadores foram presos e torturados. Esse episódio não enfraqueceu a luta pela terra, ao contrário, fortaleceu a organização dos trabalhadores dentro do seu sindicato. Em 1978, começaram a receber a titulação das terras da fazenda Candéal no Distrito de Maria Quitéria, expedida pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) que, diante da repercussão dos fatos, acabou por atender as reivindicações dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 1997, p.16).

O conflito da Fazenda Candéal durou doze anos, foi um período que serviu para tomada de consciência dos trabalhadores sobre a importância do Sindicato, passando a cobrar da diretoria da entidade uma defesa mais consistente da categoria, para ampliação de sua atuação em favor do trabalhador do campo, seguindo o movimento de abertura política no Brasil, a partir dos anos de 1980 para o caminho da democracia, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana se integra a essa nova fase, se abrindo para a luta social. Em 1978, intensificaram-se o movimento de luta pela tomada da direção da entidade do poder dos fazendeiros políticos da região, levantando diversas bandeiras como: ampliação do direito ao crédito agrícola, fornecimento de sementes para o plantio e acesso a água e direito a posse de terras. Tudo isso, culminou para eleição de representantes da categoria dos trabalhadores rurais e com a ampliação da agenda do sindicato para demandas relacionadas às comunidades rurais que esta instituição representava, dando início à luta do Sindicato pela manutenção dos trabalhadores no campo, com condições suficientes de sobrevivência, tornando-se uma luta permanente.

Entre os anos de 1978 e 1980, intensificou-se uma luta em defesa da sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais, pois não era permitido, até então, a sua filiação, somente com a autorização dos pais no caso das solteiras, ou por meio de seus companheiros, no caso das casadas. O movimento de mulheres começa a se articular em prol da sindicalização das trabalhadoras rurais de forma independente entre outras ações (OLIVEIRA, 1997). A história da luta pelas terras da Fazenda Candéal está diretamente relacionada com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de

Santana, bem como, na formação social e espacial do povoado de Matinha dos Pretos, nesse processo as mulheres do povoado tiveram participação de destaque.

### **AÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS DE MATINHA DOS PRETOS NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E NO MOVIMENTO SINDICAL**

As trabalhadoras rurais do povoado de Matinha, dentre os distritos rurais do município apresentam maior envolvimento nas questões políticas e sociais do campo feirense. São elas que articulam todo o coletivo da Associação Comunitária de Matinha (ACOMA), bem como, estão à frente da liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana. A participação efetiva das mulheres de Matinha no movimento de luta pela terra se inicia no final da década de 70, culminando com a disputa da Fazenda Candeal e a tomada do sindicato pelos trabalhadores dos grandes fazendeiros.

A representação da luta feminina no sindicato ocorre pela sindicalização das mulheres trabalhadoras rurais que não tinham o direito de se associarem. A partir disso, surge um grupo organizacional específico no sindicato, a Comissão de Mulheres, que originou o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) da região.

Em 1989, Maria das Virgens Alves de Almeida, residente do povoado de Matinha dos Pretos, foi à primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Feira de Santana e uma das primeiras do estado da Bahia, espaço historicamente marcado pela presença masculina. Em sua gestão, ajudou a construir e fortalecer o Departamento de Mulheres, a construção da Sede do Sindicato, além da intensificação do trabalho de base que resultou no aumento do número de Delegacias Sindicais e formação de novas Comunidades de Bases (Oliveira, 1997).

A partir disso, iniciou-se a construção de um espaço onde as mulheres teriam a oportunidade de dialogar e lutar para ter seus direitos reconhecidos e conquistados. A segunda mulher a assumir o cargo de presidente do sindicato foi Maria Conceição Borges em 1995, uma das suas principais bandeira de luta foi pelos direitos a Previdência Social.

Sobre a participação política das mulheres do campo feirense Jesus (2009, p.51) afirma: “As mulheres continuaram se mobilizando e se articulando junto às lutas pelos direitos e demandas da categoria, inclusive, buscando maior participação e representatividade na diretoria da entidade”.

Obviamente que a chegada destas mulheres à presidência ocorreu após longo processo de lutas das trabalhadoras rurais, todavia, a luta não se encerra na chegada das mulheres aos cargos de decisão. No caso do STRFS, podemos perceber, a partir de

registros analisados nos jornais locais e arquivos do sindicato, o direcionamento destas gestões, não apenas para as questões relativas aos interesses gerais dos trabalhadores rurais, mas no interior destas, as bandeiras de luta das mulheres no campo. As experiências dessas mulheres a frente do sindicato não se constitui um fato isolado, pois coincide com uma mobilização de mulheres rurais em escala mais ampla. As trabalhadoras rurais no Brasil incrementaram a sua visibilidade coletiva através do sindicalismo oficial (FRANCO, 2004).

Tendo em vista a ação coletiva feminina nas áreas rurais do Ceará, Sales (2007) faz uma retomada histórica para compreender a organização das lutas nessa região, e quais as conseqüências delas para as agricultoras no reconhecimento da sua condição enquanto trabalhadora e seus direitos. Na perspectiva da autora, o despertar pela luta das mulheres no mundo, no Brasil, chegou ao campo e marcou o percurso das mulheres. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975 foram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres.

Na metade dos anos 80, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala das mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram pela sindicalização, emissão de documentos, direitos previdenciários e participação política. A participação em movimentos sociais estimula as mulheres a romper com a divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político. O distrito de Matinha dos Pretos, como já foi assinalado, teve grande participação na reestruturação do sindicato e na mediação do conflito da Fazenda Candeal por meio da ACOMA, sua atuação foi fundamental para fortalecer a relação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Feira de Santana, e ainda exerce grande força política, agrupando uma das maiores delegacias sindical associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, sendo responsável pela sindicalização da população do campo do local e áreas circunvizinhas. As mulheres são as mais atuantes nos movimentos de luta em Matinha. A liderança da associação comunitária, assim como do sindicato, é coordenada por representantes femininas. E a maior parte dos participantes é composta pelas mulheres.

Sobre a participação feminina na luta, Maria das Virgens Alves de Almeida, uma das líderes da ACOMA, e a primeira mulher a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, em entrevista concedida a esta pesquisa, relata que:

Hoje a luta das mulheres... Ela no sindicato continua sendo assim uma luta não quanto à passada. Por conta da facilidade do que teve dessa mesma luta, hoje as coisas são mais fáceis, o empenho não é como no passado, tem aquela luta, de que vou me associar, pois por meio da associação vou encontrar alguma coisa lá adiante. Então é mais a questão ser reconhecida como trabalhadora rural, pra poder adiante ter um benefício, mas não é como antes que a gente passava as semanas, passava dias em encontros discutindo o direito da mulher, discutindo o direito previdenciário, tanto da mulher quanto do homem. Isso hoje já está tudo pronto, não tem aquela força de antigamente, caiu essa vontade de lutar, caiu essa garra de eu vou porque eu quero. Quero defender essa causa, mas é muito por questão individual. Infelizmente a gente que vem de uma história que pesa, é muito triste a gente está fazendo essa colocação. Então eu acho que precisa de uma força, bem como, uma forma de estudar, uma forma de organização para que sejam valorizados os conquistados e que não se acomode com o que foi conquistado, porque tem muita coisa a conquistar ainda.

No depoimento da entrevistada nota-se que a luta pelos direitos da mulher teve grande importância na história do povoado, as mulheres de fato buscam o movimento para garantir direitos, para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e receber os benefícios que lhes são negados, de modo que —ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano (SALES, 2007, p. 438).

## CONCLUSÃO

Nos últimos anos, os temas sobre o meio rural, sobretudo, a agricultura familiar e as relações de gênero têm se constituído em um campo de discussão frutífero à construção de novas perspectivas sobre a participação feminina neste tipo de atividade, inclusive pela possibilidade da sua compreensão, a partir das narrativas dos sujeitos circunscritos nesse ambiente agrário, permitindo ampliar a discussão desse espaço na sociedade brasileira e enriquecer os estudos de gênero com a inclusão de diversos temas.

Com a realização desta pesquisa conclui-se que as mulheres rurais estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, elas ainda lutam pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. A atuação feminina na Matinha está presente para muito além do espaço privado do lar, as mulheres participam efetivamente do processo produtivo na roça, na plantação, na colheita e nas casas de farinha, bem como, nas atividades que se referem à comunidade. Participam também dos

movimentos sociais de luta para melhoria da condição do espaço agrário, perceptível na situação de que quase todas as mulheres são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e que atuação destas foi importante na reestruturação do sindicato e na mediação do conflito da Fazenda Canddeal, deste modo, registra-se a importância de resgatar as experiências de militância das mulheres camponesas na luta pela terra.

## **REFERÊNCIAS:**

HEREDIA, B. M. A; CINTRÃO, R. Gênero e Acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. UNIFEM: **O Progresso das Mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM Fundação Ford/CEPIA, 2006.

JESUS, Tatiana Farias de. **Trabalhadoras Rurais de Feira de Santana: Gênero, Poder e Luta no Sindicalismo Rural (1989-2000)**. 119 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gêneros e Feminismos). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, A. . **Mulheres Rurais - invisíveis e mal remuneradas. Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD Debate 9 - MDA, 2006, v. 9, p. 46-87.

NASCIMENTO, Maria. A. A. **As práticas populares de cura no povoado de Matinha dos Pretos? BA: eliminar, reduzir ou convalidar?** Tese. Doutorado em Enfermagem, USP. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. **Resistir parra sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1997.

REIS, Maíra Lopes. **O Trabalho das Mulheres na Produção do Espaço Agrário de Matinha dos Pretos-Feira de Santana –Bahia**. 158p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes .Temas transversais na agricultura familiar: pesquisa e método sob o enfoque de Gênero e gerações. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis, SC. Seminário Internacional Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. v. 1.

SOUZA, Elane Bastos. **Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos**. 125 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.